

**ATA N.º 04/2024**

-----Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 24 de julho de 2024.-----

----- Aos 24 dias do mês de julho de 2024, pelas 14,30 horas, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município a Assembleia Municipal, em sessão Extraordinária Pública, convocada através do ofício n.º 19/JM, datado de 18 de julho de 2024 e publicitada através do Edital da mesma data, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --

----- **Ponto 1 – “Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao contrato a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Caixa Geral de Depósitos, S. A., respeitante à contratação do empréstimo de longo prazo, no valor de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros), destinado à “Requalificação da Rede Viária no Concelho - 3.ª Fase”, obtenção da autorização prevista no n.º 5, do artigo 49.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Comunidades Intermunicipais (RFALEI) instituído pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação e autorização da assunção do compromisso plurianual”;**-----

----- **Ponto 2 – “Concessão e Exploração do Bar, Restaurante e Apoio de Praia completo das Praia da Tocha / Rescisão do Contrato / Para conhecimento”.**-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas da Sr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, do Sr. Tito Luís Barreto Monteiro, do Sr. Arménio José Simões Alves, do Sr. Rogério Marques, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso e do Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva, este último, substituído pela Sr.ª Maria Teresa de Jesus Almeida.-----

-----Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

-----Passou-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes do Edital antes referido:-----

----- **Ponto 1 – “Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao contrato a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Caixa Geral de Depósitos, S. A., respeitante à contratação do empréstimo de longo prazo, no valor de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros), destinado à “Requalificação da Rede Viária no Concelho - 3.ª Fase”, obtenção da autorização prevista no n.º 5, do artigo 49.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Comunidades Intermunicipais (RFALEI) instituído pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação e autorização da assunção do compromisso plurianual”:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu, antes de mais, a disponibilidade na marcação da mesma, num dia difícil e cheio de pressão em termos de eventos, dado tratar-se da véspera do Feriado Municipal e da inauguração da Expofacic. Acrescentou que decorreu de uma necessidade, face a um pedido do Tribunal de Contas, no âmbito do procedimento do empréstimo para a intervenção na rede viária, aprovado na anterior sessão, no sentido de serem indicadas as intervenções por freguesias. Recordou que, conforme já explicou, houve uma primeira e uma segunda fase, nas quais houve freguesias que não foram contempladas e algumas que foram muito mais do que outras e nesta terceira fase, foi feita uma análise, puramente técnica, para saber quais eram as áreas do concelho que necessitavam de maior intervenção. Acrescentou, admitir que os valores que foram para Tribunal de Contas não serão os

valores finais porque apenas foi analisada a área em causa, sem entrar em linha de conta, por exemplo, com a tipologia de estrada que vai ser intervencionada, se tem necessidade de ser fresada ou se terá correções em termos de condutas de água e de saneamento. Referiu ainda que, como nada do que referiu está calculado, com certeza que os valores em concurso vão sofrer algumas alterações. Recordou, de seguida que, o concurso será por vários lotes que vão ser detalhados e o valor irá, com certeza, sofrer ajustamentos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou se vai ser acautelada a realização das obras no domínio do saneamento ou das águas, para não acontecer o que já aconteceu nas Cochadas.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, na informação técnica que foi dada, os valores só têm a ver com a distância da estrada, sem ainda ter em linha de conta outros cálculos que têm de ser feitos, sendo certo que, naturalmente, haverá estradas que já estão numa situação não muito famosa. No entanto, nesta empreitada também haverá intervenção apenas na pintura, porque ainda têm alguma consistência e estão bem em termos de circulação, mas que não têm as marcações. Relativamente às intervenções referidas, informou que, antes de se fazer qualquer intervenção, é colocada sempre a questão à Inova, para saber se há intenção de fazer alguma correção em termos de água e de saneamento, e, caso haja essa intenção, é feita a intervenção, que depois entra em acerto de contas com a empresa municipal. Chamou ainda a atenção para o facto de ser necessária a autorização da Assembleia Municipal para assumir o compromisso plurianual, uma vez que, a empreitada poderá ter efeitos financeiros para 2025. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da

Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a Freguesia de Ourentã tem um valor muito mais baixo em relação a todas as outras freguesias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou sobre os critérios que estão na base da distribuição monetária pelo Concelho, porque, de facto, há uma grande disparidade de valores pelas freguesias.-----

----- Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, conforme já explicou na presente sessão e na sessão da última Assembleia, o empréstimo apenas tem a ver com a análise técnica da situação em que estava a rede viária no concelho. Também já referiu que dessa informação técnica, se retirou que algumas freguesias não deveriam ser intervencionadas agora, porque já tinham tido intervenções em fases anteriores, por exemplo, por administração direta, e não se encontram tão más como algumas outras. Recordou que, por exemplo, Cantanhede e Pocariça tem aqui agora o valor de 475.000,00€, mas a primeira e a segunda fase atingiram 2.261.223,00€, sem falar das intervenções que neste momento estão a decorrer e que nem entraram na primeira ou na segunda fase. Referiu que, tanto as pessoas, como os Presidentes de Junta devem ter isso em linha de conta, pois não é por acaso que vai haver intervenção, é porque realmente estão a necessitar dessa mesma intervenção. Deu como exemplo que, na segunda fase, Ançã, Portunhos, Outil, Vilamar, Corticeiro de Cima, São Caetano, Sepins, Bolho, Cordinhã, Ourentã e Covões não tiveram nem um cêntimo e que na primeira fase foi Cordinhã, Ourentã e Febres que também não tiveram nada. Referiu que, habitualmente, separam-se os pedidos dos Sr.s Presidentes de Junta entre eventuais empreitadas ou administração direta, por isso, desta vez, considerou-se que o ideal seria que fosse

feita uma análise técnica, que foi coordenada numa primeira fase pelo Eng.º Idalécio Oliveira, e depois, pelo Departamento de Obras Municipais, em que foram analisadas as situações que estavam mais graves no Concelho. Referiu ainda que houve uma outra situação que aconteceu mais na cidade de Cantanhede, que teve a possibilidade de se fazer a requalificação de uma via e de poder haver uma candidatura, mas por se tratar de uma requalificação urbana. Atualmente, informou não estar a contar com a possibilidade de existir candidaturas nestas áreas. Relativamente às questões relacionadas com a Inova, recordou que a estrada que liga Vilamar ao Corticeiro de Cima estava a precisar de intervenção, mas como no momento está a sofrer intervenções de saneamento pela Inova, não será intervencionada. Outra situação aconteceu na zona da Tocha, onde a empresa que anda a construir a ETAR rasgou a via que tinha acabado de ser colocada e que tiveram de corrigir de acordo com o que estava. Voltou a dizer que, quando são vias mais curtas, habitualmente são intervencionadas por administração direta, mas no caso concreto, considerou-se que devia haver uma análise mais técnica para que tivessem uma visão da necessidade do Concelho e foi em função disso, que esta terceira fase foi estruturada. Informou ainda que, em algumas freguesias, existiam áreas que eram para ser intervencionadas pela Administração Direta, entretanto, para que as 14 freguesias fossem contempladas, essas áreas foram passadas para esta empreitada, daí que havia freguesias que não tinham sido tecnicamente informadas porque as intervenções eram de pequena dimensão e iriam ser feitas por administração direta. Informou ainda que, relativamente à administração direta, a máquina voltou a avariar pelo que há necessidade de adquirir uma máquina nova, cujo valor anda na ordem dos 400.000,00€ e que algumas intervenções transitaram para este empréstimo, exatamente, para poder ultrapassar esse problema.-----

-----O Sr. Presidente deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou relativamente aos valores que foram apresentados no primeiro documento e os valores agora apresentados na adenda, porque já foi comunicado que existiu um estudo técnico, mas, em tão pouco tempo, houve freguesias que passaram para menos de metade do valor inicial, como por exemplo a Freguesia de Ourentã.-----

----- Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, efetivamente, tinha havido um levantamento em termos de *“quilometragem e de valor por m<sup>2</sup>”* sem ter em linha de conta mais nada, e a Freguesia de Ourentã vai ter trabalhos sobretudo de pintura porque não haverá intervenção onde não há essa necessidade. Acrescentou que o valor inicial era um valor bruto que não tinha ainda os detalhes pelo que na adenda houve esse acerto, sendo certo que poderá ainda haver alterações, porque se pretende ter uma análise geral da boa situação das estradas, não podem estar a olhar só para uma freguesia determinada e dizer que tem isto e aquilo, sem saber o que já foi feito para trás, daí ter dado exemplos de algumas situações de algumas freguesias que foram contempladas no primeiro empréstimo só em termos de empreitadas e que nada tiveram a ver com administração direta, nem com candidaturas. Acrescentou que todas as freguesias vão ser intervencionadas, porque houve essa análise, para ver de que forma é que se poderia fazer uma cobertura correta e equilibrada da situação de todo o Concelho, pois é essa a intenção. No entanto, poderão existir correções, se, ao longo do processo for entendido que, uma ou outra via, possa estar numa situação que não chamou à atenção, sem ter nada a ver com o empréstimo, como por exemplo, no momento, na cidade de Cantanhede, o que está a decorrer na Rua Mota Pinto, na Rua Filipe Requixa, na estrada junto à adega que vai a caminho da Zona Industrial,

e que poderá acontecer também nas freguesias. Finalmente, reforçou estar recetiva a fazer alguma correção que possa surgir de alguma situação que não esteja tão bem e que tenha necessidade de intervenção, pois, o que se pretende é que o Concelho fique genericamente com uma boa estrutura viária.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 1 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao contrato a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Caixa Geral de Depósitos, S. A., respeitante à contratação do empréstimo de longo prazo, no valor de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros), destinado à “Requalificação da Rede Viária no Concelho - 3.ª Fase”, obtenção da autorização prevista no n.º 5, do artigo 49.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Comunidades Intermunicipais (RFALEI) instituído pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação e autorização da assunção do compromisso plurianual»**, tendo sido aprovado por unanimidade.---

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 2 – “Concessão e Exploração do Bar, Restaurante e Apoio de Praia completo das Praia da Tocha / Rescisão do Contrato / Para conhecimento”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou o assunto em causa apenas foi a reunião de Câmara para conhecimento, mas como o caderno de encargos tinha sido deliberado na Assembleia Municipal, entendeu-se que também se deveria dar conhecimento à Assembleia municipal. Solicitou de seguida, que sobre o assunto, fosse dado a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, que acompanhou todo o processo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vereador,

Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que: - O Município começou por executar o projeto em articulação com o Vida Boa e com um empresário da construção; - Em outubro 2023, data limite para a demolição da concessão existente e para analisar o projeto e implementar, o empresário mostrou abertura para construir um edifício r/chão com um primeiro andar, o que permitiria uma visão muito mais abrangente da Praia da Tocha; - Em outubro de 2023 foi contactada a APA sobre a possibilidade de construção de r/chão e primeiro andar, ao que esta veio a responder que não tinha enquadramento na Praia da Tocha; - Foi aquela comunicação transmitida e o empresário continuou a diligenciar os projetos em parceria com os engenheiros do Município; - Em 8/01/2024 houve a primeira reunião com o empresário, Sr. Alberto Oliveira, do Vida Boa, na qual informou que não podia desenvolver o projeto porque o orçamento inicial proposto era de 201.000,00€ e o orçamento que tinha atualmente rondava os 360.000,00€ mais IVA, só para a construção, sem equipamentos; - Como existia a convicção de que o projeto estava no bom caminho e que a concessão estaria pronta para a época balnear, procurou-se um ponto de encontro; - Foi feita uma análise, disponibilizaram-se os Serviços para, dentro do possível, encontrar uma solução de alteração ao projeto com materiais mais baratos de forma a que se pudesse desenvolver o projeto rapidamente e dentro do valor que estava programado; - Veio o Concessionário comunicar que não tinha capacidade económica para fazer a obra pelo valor de 360.000,00€, sugerindo que o projeto fosse revisto para baixar o valor e propor a APA uma construção faseada; - Essa sugestão também não foi possível porque, depois de uma abordagem feita pelo concessionário a empresas ligadas à área, chegou à conclusão que o projeto por fases ficaria sempre muito mais dispendioso; - Numa reunião posterior a 3 de abril, o empresário do Vida Boa

informou que a previsão de custos já rondava os 400.000,00€ mais IVA e que não tinha capacidade económica absolutamente nenhuma para desenvolver o projeto que estava delineado, sugerindo que repensar o processo no final da época balnear em setembro; - Sugeriu que comunicasse tudo por escrito à Sr.ª Presidente, o que efetivamente fez, tendo invocado que não tinha condições para desenvolver o projeto uma vez que o orçamento inicial calculado era de 201.000€00 e, no momento, ultrapassava os 400.000,00€, e que, teria de fazer um empréstimo bancário que rondaria os 600.000,00€; - Passou-se de seguida a mensagem a todo o Executivo e seguiram-se os procedimentos que foram comunicados. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Gomes Cruz, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente à Praia da Tocha, alertou para o seguinte: - Do lado norte não existem sanitários, sendo uma zona muito extensa e muito frequentada devido à existência de passadiços; - Relativamente aos chuveiros, foram colocados chuveiros de corpo inteiro, quando, no ano anterior, existiam chuveiros para lavar os pés. Aproveitando a intervenção, alertou também, relativamente aos balneários do complexo desportivo que foi dito que seriam lá colocados contentores e, no último fim de semana, houve lá um torneio de futebol 7, que teve 12 equipas vezes 10 jogadores, num total de 120 atletas e com muita gente a assistir, a competir, a conviver. Acrescentou que foi um evento extremamente interessante e que será de continuar, mas sem balneários para tomar banho, não fica a imagem que se gostaria pelo que deve ser repensado e, o mais rapidamente possível arranjar uma solução.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Ulisses

Salvador, o qual informou que, na sequência da reunião prévia realizada sobre o presente assunto, está solidário com a posição deliberada pela Câmara.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Sendo **15:00** horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente: 

----- O Primeiro Secretário: 

----- A Segunda Secretária: 